

1 **APROVAÇÃO 08/12/2020** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO
2 DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO RIO
3 DE JANEIRO DO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS
4 LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUA – CBH- BG. GRAVAÇÃO
5 DISPONÍVEL – No dia 06 de novembro de 2020, às 10h, deu-se a Reunião
6 Extraordinária do GT Plano Municipal de Saneamento Básico do Rio de Janeiro
7 por videoconferência com a seguinte pauta: **1. Apresentação da empresa**
8 **DRZ; 2. Aprovação do calendário de reuniões do GT; 3. Eleição do**
9 **coordenador.** Foi sugerida uma breve apresentação dos participantes; Ana
10 Costa esclareceu aos presentes que está substituindo a Amanda Braga. Ana
11 Costa declarou ser especialista em recursos hídricos da Secretaria Executiva
12 do CBH-BG. Carolina Martins informou que é especialista administrativa da
13 Secretaria Executiva do CBH-BG. Christianne Bernardo se apresentou dizendo
14 que é advogada e presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de
15 Guanabara, representante da sociedade civil pela OAB Barra da Tijuca.
16 Frederico Menezes realizou sua apresentação pontuando que é engenheiro da
17 Cedae e vice-coordenador do subcomitê Oeste; Marcos Serpa informou aos
18 presentes que é Engenheiro Civil da Fundação Rio Águas. Mayná Coutinho se
19 apresentou como representante da Companhia Estadual de Águas e Esgotos -
20 Cedae no GT; Paulo Fonseca declarou que é Engenheiro Civil da Fundação
21 Rio Águas – Prefeitura do Rio de Janeiro. Rooselvet Brasil se apresentou como
22 Engenheiro Civil da Câmara Técnica da Agência Reguladora do Estado do Rio
23 de Janeiro; Miguel Fernández colocou que estava representando a Associação
24 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Rio de Janeiro neste Grupo
25 de Trabalho. Agenor Martins Junior é Arquiteto Urbanista de Boa Vista,
26 especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental, coordenador do projeto na
27 DRZ. José Roberto se apresentou como Engenheiro Civil, colocando também
28 que é Diretor Técnico da DRZ; apresentando Gabriela, Marília Cuiti e Bruno
29 Franciscone que são Engenheiros Ambientais e membros da equipe de apoio
30 para a elaboração do trabalho. **1. Apresentação da empresa DRZ;** A equipe
31 da DRZ deu início à apresentação da Revisão do Plano Municipal de
32 Saneamento Básico para Serviços de Abastecimento de Água e de
33 Esgotamento Sanitário (PMSB-AE) - Rio de Janeiro mostrando as áreas de
34 atuação da DRZ, divididas em Gestão de Cidades (Planos Diretores
35 Municipais, Planos de Mobilidade Urbana e Planos Locais de Habitação de
36 Interesse Social, etc.); Gestão Ambiental (Planos de Saneamento Básico,
37 Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Planos de Recursos Hídricos
38 e Planos de Arborização, etc.); Geotecnologia (Sistemas de informações
39 Geográficas - SIG, Aplicações de SIG na internet - WEBGIS, Plantas Genéricas
40 de Valores, etc.), apontando o embasamento legal na Lei n.º 11.445/2017 -

41 Política Nacional de Saneamento Básico, com ênfase no abastecimento de
42 água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos,
43 drenagem urbana e manejo das águas pluviais. Foram apresentados os
44 Instrumentos onde são definidos: 1. Os objetivos e metas; 2. As prioridades de
45 investimentos; 3. A forma de regulamentação da prestação dos serviços; 4. Os
46 aspectos técnicos, econômicos e sociais; 5. A forma de participação e controle
47 social de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares
48 e da sociedade. Etapas do PMSB-AE: Etapa 1- Caracterização do município;
49 indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos;
50 diagnósticos institucionais; estudo populacional; estudo de demanda para os
51 serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e interfaces.
52 Etapa 2 e 3: Diagnóstico dos sistemas existentes de água e de esgoto: Sistema
53 de abastecimento de água; sistema de esgotamento sanitário. Foi mostrado um
54 gráfico com as áreas de planejamento. Foi esclarecido que as visitas de campo
55 são definidas conforme avaliação conjunta com a fiscalização deste Plano.
56 Etapa 4: Articulação com outros instrumentos de planejamento local; Premissas
57 para desenvolvimento e sustentabilidade do plano; prioridades e metas
58 temporais; identificação das alternativas para melhorias e ampliações. O
59 período de planejamento é de 20, 30 anos dividindo em metas de curto, médio
60 e longo prazo, com revisão a cada 4 anos. Etapa 5: Intervenções no sistema de
61 abastecimento de água. Etapa 6: Intervenções no sistema de esgotamento
62 sanitário. Etapa 7: Diretrizes para participação e controle social: comunicação
63 social, educação ambiental e Sistema Nacional de Informações sobre o
64 Saneamento - SNIS e DATA.RIO. Foi falado sobre o plano de ações para
65 emergências e contingências, criando meios que possibilite a participação da
66 sociedade e que será realizada consulta pública em cada uma das 3 Bacias
67 Hidrográficas do Município do Rio de Janeiro. Etapa 8: Plano de investimentos;
68 sustentabilidade econômico-financeira; estrutura tarifária; recomendações para
69 melhoria na prestação dos serviços; manual operativo do plano (MOP);
70 processo de aprovação do plano que é através de decreto municipal e
71 publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. O relatório final
72 consolidado deverá conter uma sinopse de cada relatório específico; prever a
73 apreciação em caráter consultivo pelos conselhos municipais da cidade; prever
74 as revisões do Plano a cada quatro ou dez anos. Foi exibido um cronograma
75 de execução de cada etapa no período de 330 dias. Foram apresentadas as
76 responsabilidades da Prefeitura Municipal, que são: disponibilizar à contratada
77 os dados, plantas, relatórios e estudos, eventualmente existentes, relativos ao
78 setor de saneamento básico do Município, sob sua gestão; intermediar o
79 contato entre a DRZ e os prestadores de serviços da área de saneamento;
80 disponibilizar local para a realização das reuniões técnicas, quando necessário

81 e dos seminários públicos, mantendo apoio às ações de divulgação do
82 processo de elaboração do PMSB. Foi citado sobre as responsabilidades do
83 Grupo de Trabalho que após a entrega dos produtos, em cada etapa, emitirá
84 um parecer, em prazo de até sete dias, sobre cada produto, sendo este
85 enviado à Fundação Rio Águas. Após avaliação da Fundação, em prazo de até
86 três dias, ou seja, 10 dias, será submetido à contratada para que sejam feitas
87 as correções, em prazo de até cinco dias. Foi decidido que Grupo de Trabalho
88 e a Fundação Rio Águas analisarão os produtos revisados em prazo de até três
89 dias. Miguel Fernández sugeriu que os mananciais do Rio de Janeiro deveriam
90 ser classificados junto com a parte risco de emergências, porque o Rio de
91 Janeiro está 95% dependente do Guandu, o rio Guandu tem vazão suficiente,
92 mas seria ideal o Grupo de Trabalho acessar o Abastecimento pelo Túnel
93 Taquaril, não para substituir o Guando, mas para dividir a vazão do rio. Miguel
94 Fernández falou da importância de distribuição de população atual prevista e
95 demanda; devendo-se calcular o custo de água nos setores de planejamento
96 do Rio de Janeiro. Miguel Fernández deixou sua opinião quanto a consulta do
97 MDS, pontuando que acredita que deveria ser feita no final do trabalho para
98 não interferir na criatividade do GT. Com a parte de estimativas de
99 investimentos, deve-se tomar cuidado ao separar manutenção e reparação de
100 investimentos, porque ele tem notado que é tendencioso colocar manutenção e
101 reparação como investimento e isso é um erro, porque ao mesmo tempo fica
102 forçado para a empresa e o imposto de renda. Foi sugerido calcular o preço do
103 metro cúbico e depois, como segundo passo, realizar a estrutura tarifária ou
104 fazer um vale água. Mayná Coutinho parabenizou o grupo pela apresentação e
105 falou sobre a dependência hídrica, principalmente na região metropolitana, da
106 Região Hidrográfica II, sugeriu que fossem consultados os planejamentos
107 constantes, no próprio plano de contingência do Guandu. Além disso, ela
108 pautou sobre o equilíbrio econômico-financeiro. Roosevelt Brasil realizou
109 algumas observações em relação a regulação de fiscalização que começarão
110 no plano bem e elaborado, com metas e indicadores claros. Ele discorda da
111 fala do Miguel Fernández, acredita que seria ideal analisar o plano que já foi
112 apresentado, tanto o plano municipal, quanto o plano metropolitano, e que por
113 algum período as galerias de águas pluviais seriam utilizadas e teriam até
114 alguns investimentos no período de 5 anos, em tomadas de tempo secos.
115 Pontuou ainda que seria importante no Plano que conseguissem informações
116 que identificassem os bairros e regiões onde existe a utilização das redes
117 águas pluviais para a captação de coleta de esgoto e onde tem sistema
118 separador. Roosevelt Brasil sugeriu aproveitar o que a CEDAE acabou de
119 entregar para as agências reguladoras e ao Ministério Público, que seria um
120 plano de contingência e emergência voltado para a pandemia, e falou sobre o

121 estudo da mudança de estrutura tarifária. Frederico Menezes falou a
122 importância da drenagem. Paulo Fonseca, mencionando a fala de Frederico
123 Menezes, informou que no termo de referência é falado sobre interface do
124 sistema de drenagem e no sistema de manejo de resíduos sólidos. Paulo
125 Fonseca colocou que foi contemplado no termo de referência, sendo citadas
126 interfaces, tomadas e captação de tempo seco, podendo ser incluídos na
127 interface o plano metropolitano de saneamento na modalidade água e esgoto.
128 Paulo Fonseca solicitou apoio nas etapas número 2 e 3, principalmente na
129 etapa dois, sobre a operação de alguns equipamentos, estações de tratamento
130 (água e esgoto) e elevatórias (água e esgoto), pontuando que é fundamental
131 uma subdivisão na parte de distribuição de água, por zonas de abastecimento,
132 e de coleta de esgotos, por bacias de esgotamento sanitário. Paulo Fonseca
133 pediu apoio a CEDAE para o fornecimento das informações necessárias, sob
134 sua gestão, para dar prosseguimento às etapas subseqüentes da revisão do
135 PMSB-AE e o suporte das outras instituições do GT. Paulo Fonseca pediu
136 apoio a CEDAE para que consiga realizar um planejamento prosseguindo com
137 as outras etapas e o suporte de outras instituições. Ana Costa sugeriu que a
138 DRZ fizesse um ofício ou e-mail pontuando quais são os documentos coletados
139 dos planos de contingências e as plantas da divisão das bacias para que
140 receba o pedido e isto seja oficializado. **2. Aprovação do calendário de**
141 **reuniões do GT:** Ana Costa encerrou a reunião com a DRZ e passou à
142 aprovação do calendário de reuniões do GT. Roosevelt solicitou que tivesse um
143 horário fixo. Foi acordado que as reuniões serão realizadas às 10h. Ana Costa
144 informou que enviará por e-mail a agenda de reuniões para que avaliassem
145 com mais tempo. **3. Eleição do coordenador.** Ficou acordado que a eleição
146 de coordenadores será o primeiro item de pauta, na próxima reunião dia 08/12,
147 por já ter havido um esvaziamento da presente reunião em decorrência do
148 horário.

149

150 **Participantes:**

151

152 Membros do GT PMSB RJ e convidadas: Christianne Bernardo; Marcos
153 Lacerda; Miguel Fernández y Fernández; Frederico Menezes Coelho; Paulo
154 Luiz da Fonseca; Mayná Coutinho Morais ; Roosevelt Brasil Fonseca; Marcos
155 Serpa; Felipe Grandi. DRZ: Agenor Martins Junior; Gabriela, Marília Cuiti e
156 Bruno Franciscone; José Roberto. Secretaria Executiva: Ana Costa e Carolina
157 Martins.

158

159

160



Comitê de Bacia da
Baía de Guanabara

**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS
SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH/BG**

161

Christianne Bernardo da Silva

162

PRESIDENTE DO CBH-BG